

TCU investiga dívida externa

GAZETA MERCANTIL

9661 DSV 8 0

08 AGO 1996

por Maysa Previdello
de Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) já iniciou, a pedido da Comissão Mista do Orçamento, os trabalhos de auditoria dentro do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional, para investigar a renegociação da dívida externa, concluída em abril de 1994. O Tribunal já havia levantado algumas dúvidas sobre o processo, quando da elaboração do relatório analíticos das contas do governo daquele ano.

A principal questão destacada pelo TCU é o possível favorecimento de treze bancos brasileiros na securitização da dívida externa. Pela renegociação, conduzida pelo atual ministro da Fazenda, Pedro Malan, os bancos brasileiros que possuíam em carteira títulos que seriam trocados pelos Dept Conversion Bonds (DCB), poderiam fazê-lo sem emprestar dinheiro novo ao governo brasileiro, como ocorre quando adquiridos papéis deste tipo. Para ficar com os DCB, as instituições estrangeiras carregaram a obrigação de emprestar ao Brasil, na proporção de US\$ 1 para cada US\$ 5,5 renegociados.

O relatório do TCU estranha também a retirada do deságio de 35% para a utilização dos títulos no processo de privatização. Para os bancos es-

trangeiros que também ficaram com os DCB o deságio não foi liberado.

O ministro da Fazenda evitou comentar o assunto, declarando através de sua assessoria de imprensa que "se o Tribunal acha que deve fazer a auditoria, não vejo problema algum".

A iniciativa de pedir ao TCU a investigação foi tomada durante a votação das contas de 1994, do pre-

sidente Itamar Franco. A partir do relatório do Tribunal, a Comissão resolveu aprovar o balanço mas aprofundar a análise do assunto.

No TCU, os trabalhos vão ficar sob a relatoria do ministro Humberto Souto e, segundo um de seus assessores, estão bem no início. O Tribunal tem 60 dias, a partir de 01 de agosto, para concluir seu parecer.